

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ROSILENE RODRIGUES MARUYAMA

**MULHERES E CONDIÇÕES DE PODER SOCIAL EM TERRITÓRIO DA
CIDADANIA CUIABANA – SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER-MT**

**Cáceres
2022**

ROSILENE RODRIGUES MARUYAMA

**MULHERES E CONDIÇÕES DE PODER SOCIAL EM TERRITÓRIO DA
CIDADANIA CUIABANA – SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER-MT**

Relatório de Qualificação apresentado como requisito da disciplina de mestrado para conclusão de Curso, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) - Campus Universitário de Cáceres, como requisito para aprovação da disciplina

Orientadora: Prof^aDra. Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira

**Cáceres
2022**

SUMÁRIO

1	
INTRODUÇÃO	3
1.1 Problemática.....	5
2 OBJETIVOS	6
2.1 Objetivo geral	6
2.2 Objetivos específicos	6
3 JUSTIFICATIVA	7
4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
4.1 Conceituações e compreensões sobre o território e comunidades tradicionais	10
4.2 Mulheres nos espaços sociais e mulheres no campo	16
4.3 Categorias geográficas da pesquisa - território e lugar	17
4.4 Os territórios e suas relações de poder	21
4.5 A Mulher e as relações de poder do patriarcado	22
4.6 O território de Santo Antônio do Leverger: aspectos geo-históricos e políticos e Agrovila de Palmeiras	23
5 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	31
6 RESULTADOS ESPERADOS	39
7 CRONOGRAMA	37
REFERÊNCIAS	39
ANEXOS	42

INTRODUÇÃO

As mulheres em geral, inclusive as do meio rural a cada dia vêm se deparando com mudanças em suas vidas, com acesso a espaços antes masculinizados, ou seja, também ocupam os espaços geográficos que são repletos de elementos do processo de globalização e de disputa do capital. Assim sendo, elas conseguem disseminar, divulgar e ocupar espaços além de suas fronteiras e das suas relações culturais tão impregnadas pelo patriarcado. Há uma compreensão de que diferentes espaços possam passar por democratização do lugar da mulher na sociedade, assim, adquirindo novas tendências e empoderamento.

A partir desse processo de empoderamento as mulheres camponesas passam a reconhecer seus direitos e lutar pela conquista do seu lugar no âmbito social e rural, que até então é um espaço majoritariamente dominado praticamente pelos homens.

Esta pesquisa aponta a relevância do trabalho feminino em diferentes lugares sociais e na agricultura familiar, buscando mapear a sua participação no poder decisório, suas práticas e conhecimentos nos diferentes sistemas produtivos, político e social, propõe, através de um olhar etnográfico salientar como as mulheres no território da cidadania cuiabana constroem e vivenciam a sua participação no poder decisório. Além de refletir sobre suas práticas, e conhecimentos nos diferentes sistemas produtivos, político e social no lugar onde vivem.

É fato que na comunidade de Agrovila de Palmeiras, os trabalhos de forma coletiva tem procurado contemplar o atendimento das necessidades iniciais que a o grupo apresenta, afim de que possam exercer efetivamente atividades de produção agroecológica e fomentar a economia solidária local com o beneficiamento de espécies de importância nutricional, nativas e adaptadas da região (açafraão, urucum, babaçu e banana da terra), nas dimensões da agricultura familiar sustentável, no avanço tecnológico, tornando desse modo a propriedade rural sustentável e integrada à comunidade a que pertencem, que é a Agrovila das Palmeiras, Santo Antônio de Leverger. Mas a pressão econômica e social, tem intensificado sobremaneira o êxodo rural, principalmente dos jovens, que partem em busca de empregos e de estudo em áreas que possam se inserir no mercado de trabalho das cidades.

Diante desse contexto, ressaltaremos a participação das mulheres e o desenvolvimento de operacionalização das atividades criativas e de empreendedorismo nas associações e cooperativa existentes na região de Agrovila das Palmeiras é fundamental para o bem viver social desta comunidade. Segundo dados estatísticos do IBGE (BRASIL, 2004), as mulheres brasileiras fazem parte do grupo que, apesar de alcançar o maior índice de escolaridade, encontra-se também na base da pirâmide. Deste modo observaremos o empoderamento feminino a partir das ações de empreendedorismo implementado por elas nas associações e cooperativas locais. Assim procuraremos conhecer o processo de valorização das mulheres nos Território da Cidadania Cuiabana.

O emprego da força de trabalho de toda a família “[...] está presente no cenário das forças sociais atuantes no meio rural, responsável por parte considerável da produção agrícola” (WANDERLEY, 1979, p.20). Esse modelo de produção que encontramos muito presente no território da Agrovila das Palmeiras não chega a ser o modelo do campesinato, por isso chamamos de agricultores familiares. Nem todos tem o envolvimento de toda a família, em algumas propriedades ocorre a contratação de mão de obra assalariada e outras famílias, tem sempre alguém trabalhando fora normalmente nas escolas para garantir a entrada de salário na propriedade. A situação também comum é quando um sai da propriedade para vender força de trabalho em outra propriedade distante.

Nesse contexto Boaventura (2018, p. 208) cita que neste domínio, a conflitualidade tem lugar entre dois grandes paradigmas de desenvolvimento social, que designo simplesmente por paradigma capital-expansionista e paradigma eco-socialista.

Seguindo o mesmo pensamento, Santos (1999, p. 5) alerta sobre a regularização social “[...] da modernidade capitalista se, por um lado, é constituída por processos que geram desigualdade e exclusão, por outro, estabelece mecanismos que permitem controlar ou manter dentro de certos limites esses processos”. A nova ordem econômica, traduzida por um mundo globalizado com constantes alterações no ambiente externo e com características, como a precarização e a flexibilização do mundo do trabalho, favorecem a inserção das pessoas em outras atividades produtivas por causa da não absorção da mão-de-obra.

1.1 Problemática

Na maior parte do mundo grandes mudanças vêm sendo observadas diante dos afazeres femininos. onde os papéis de chefe de família vem se invertendo paulatinamente. Em se tratando da zona rural em Agrovila das Palmeiras essas mudanças também vêm sendo também observadas.

Antes, nessa comunidade, havia uma tendência crescente de aproveitamento das atividades familiares onde as mulheres eram guardiãs dos saberes tradicionais cujos compromissos eram a transformação de produtos como rapadura, farinha, carne frita na lata, bolo de arroz, entre outras iguarias, eram produzidos por ela e serviam como alimentos para população local. Porém, hoje quase não se encontram tais guloseimas na comunidade. Recorda-se de outros saberes, como: garrafada, panela de barro, melado de cana de açúcar, óleo/farinha do babaçu, que também se perderam no tempo.

A mudança vem ocorrendo de tal modo que está abrangendo a estrutura deste povoado, seus modos próprios de vida, relações territoriais, preservação da memória, história e patrimônio cultural material e imaterial, seus saberes tradicionais, o uso de recursos naturais, entre outros. Para tanto, faz se necessário buscar soluções de suporte legal e teórico para compreender as transformações que vem ocorrendo na identidade desta comunidade.

Nessa perspectiva, é importante fazermos a seguinte indagação: Quais as consequências da igualdade de condições de poder social das mulheres para o desenvolvimento das atividades no meio rural da comunidade de Agrovila das Palmeiras? Como as mulheres vivenciam no dia a dia as condições de trabalho, de participação política e de lideranças na comunidade e nas diferentes funções que desempenham na sociedade?

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral:

Analisar o papel das mulheres quanto sua participação no poder decisório, suas práticas e conhecimentos nos diferentes sistemas produtivos, político e social nas organizações, e transformação de seus saberes e fazeres, e quais as consequências da igualdade de condições de poder social promovem para o desenvolvimento das atividades no meio rural da comunidade “Agrovila das Palmeiras”.

2.2 Objetivos específicos:

Identificar práticas de Educação Popular com a presença das mulheres nas atividades produtivas em diferentes espaços;

Verificar se há no desenvolvimento das ações dessas mulheres práticas de cidadania participativa por meio do debates, ações sobre o papel da mulher nos espaços políticos e de liderança;

Identificar a valorização das mulheres com atividades produtivas rurais e sua participação no Território da Cidadania da Baixada Cuiabana, observando os espaços sócio ocupacionais, cultural e político da mulher no meio rural.

3 JUSTIFICATIVA

Vem crescendo o trabalho feminino na agricultura Brasileira e deste modo surge o nosso interesse em conhecer e divulgar a importância da contribuição dessas mulheres e as suas condições de poder decisório em território da cidadania cuiabana. Vamos abordar especificamente as forças do trabalho feminino do assentamento Agrovila das Palmeiras município de Santo Antônio de Leverger-MT.

Muitos dos assentados dessa comunidade eram pessoas nativas da região, outras que terminavam de cumprir a pena no presídio rural da localidade e outras vieram de diferentes Estados e, desse modo, tornou-se uma mistura de gente que trabalha na piscicultura, fruticultura, avicultura, pecuária e extrativismo, sendo a pecuária a base da fonte de renda, além da agricultura familiar que é a base da economia de fartura. A comunidade tem pouca atividade econômica formal: engarrafadora de água mineral, trabalho nos órgãos estaduais e municipais e o extrativismo de espécies nativas da região, incapazes de empregos a todos.

Os assentamentos no município surgem a partir de 1977, com a reorganização do território pela divisão do Estado do Mato Grosso, criando-se vários programas de povoamento. Agrovila das Palmeiras foi planejada em 1983 pelo então governador Júlio José Veríssimo de Campos, nas proximidades do Presídio das Palmeiras. Os lotes foram entregues entre janeiro e julho de 1984, passando a chamar-se “Agrovila Júlio Campos”, nome do então governador, depois foi mudado para Agrovila Vale da Esperança-Palmeiras, nome que consta nos registros de Associação, mas hoje é conhecido por Agrovila das Palmeiras (CORRÊA, 2013).

Esse território, onde se encontra a comunidade em estudo, faz parte do “Território da Cidadania Cuiabana-MT” fazendo parte da Amazônia Legal, que abrange uma área de 85.369,70 Km² e é composto por 14 municípios: Acorizal, Barão de Melgaço, Campo Verde, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Jangada, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger e Várzea Grande.

A população total do território é de 918.658 habitantes, dos quais 79.888 vivem na área rural, o que corresponde a 8,7% do total e um IDH médio de 0,79. Possui 5.515 agricultores familiares, 9.060 famílias assentadas, 48 comunidades quilombolas e 5 terras indígenas. . Aproximadamente 800.000 habitantes estão concentrados nos dois maiores municípios da região: Cuiabá e Várzea Grande, os

demais municípios apresentam muitas dificuldades de efetivação de políticas promotoras de desenvolvimento local, cultural e segurança alimentar.

A Comunidade de Agrovila das Palmeiras, tornou-se distrito em 2021. Antes, fazia parte do Distrito de Caeté, município de Santo Antônio do Leverger. A cidade mais próxima não é a sede do município, mas sim a capital do estado de Mato Grosso, Cuiabá, que está a 95 Km de distância. A comunidade situa-se nas proximidades da Colônia Agrícola Penal das Palmeiras, (05 km) e da pousada “Águas Quentes”, (07 km). É uma comunidade que surgiu com objetivo de apoiar a ressocialização do reeducando da Colônia Penal Agrovila das Palmeiras que no seu surgimento eram cerca de 300 famílias distribuídas em pequenas chácaras dando a constituição de um assentamento.

Em 2013 em meio aos descasos do poder público, e da falta de políticas públicas que atendessem os agricultores da região, nasce a Cooperativa Agropecuária Mista de Santo Antônio de Leverger (COOPAMSAL), cujo objetivo comum é de ampliar a produção, dividir o trabalho, as funções, ter voz ativa nos espaços sociais e a divisão do lucro ali obtido.

A localização da comunidade tradicional de Santo Antônio do Leverger pode ser visualizada nos mapas (Figuras 1).

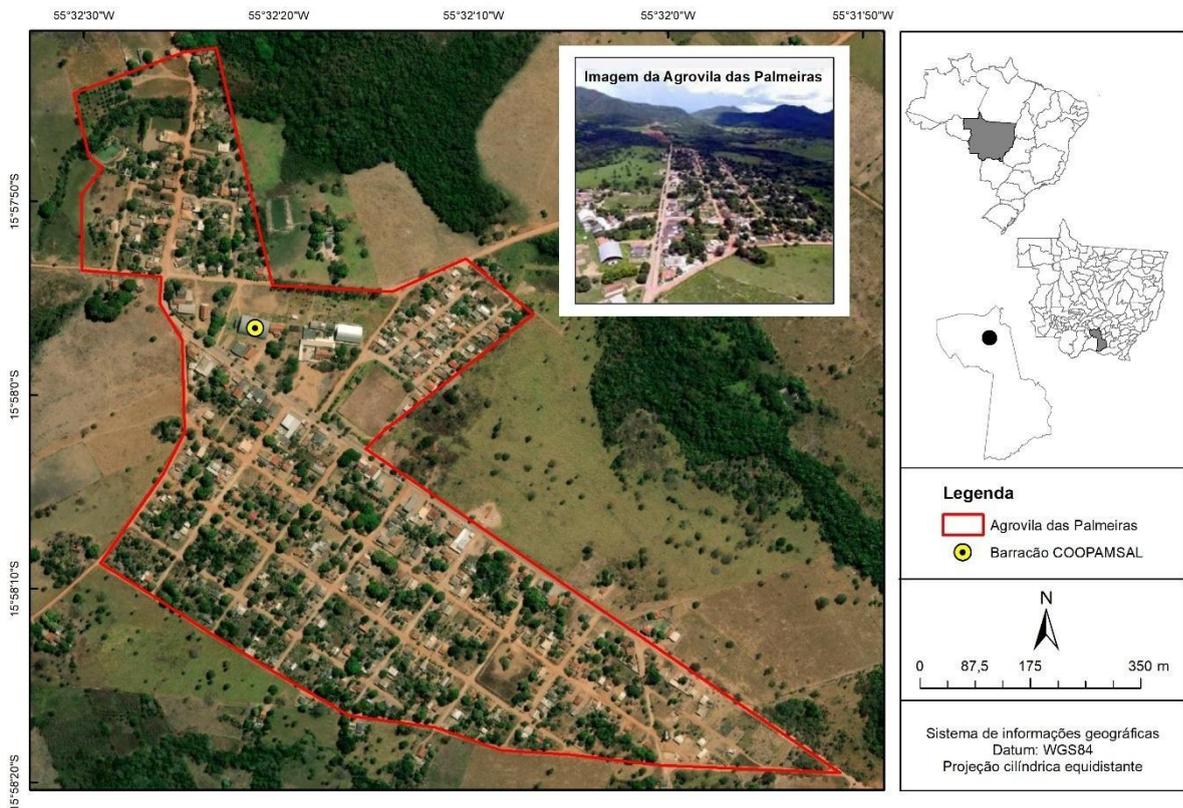


Figura 1: (Maruyama 2022) Localização de Santo Antônio do Leverger no Mato Grosso e no destaque o mapa do assentamento de Agrovila das Palmeiras.

Observa-se que há componentes e elementos suficientes para que essa comunidade preserve sua cultura, se envolva com o território e esteja capacitada para manter o bem viver das pessoas como força motivadora de preservar as tradições, com permanência e desenvolvimento de atividades em que participem com entusiasmo.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 Conceituações e compreensões sobre o território e comunidades tradicionais

Segundo Porto-Gonçalves (2006, p. 46), “o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele” e “o território tende a naturalizar as relações sociais e de poder, pois se torna abrigo, lugar onde cada qual se sente em casa, mesmo que numa sociedade dividida”.

Para Dardel (2011, p. 06), “Entre o Homem e a Terra permanece e continua uma espécie de cumplicidade no ser”. E, “a forma mais importante do espaço construído está ligada ao habitat do homem” (DARDEL, 2011, p. 27). E continua o autor: “A vila encontra seu sentido no trabalho nos campos, que impõe ao homem seu ritmo lento e seguro” (DARDEL, 2011, p. 27).

A realidade geográfica é, para o homem, então, o lugar onde ele está, lugares de sua infância, o ambiente que atrai sua presença. Terras que ele pisa ou onde ele trabalha, o horizonte do seu vale, ou a sua rua, o seu bairro, seus deslocamentos cotidiano através da cidade, A realidade geográfica exige, às vezes duramente, o trabalho e o sofrimento dos homens. Ela o restringe e o aprisiona, o ata à 'gleba', horizonte estreito imposto pela vida ou pela sociedade a seus gestos e a seus pensamentos. A cor, o modelado, os odores do solo, o arranjo vegetal se misturam com as lembranças, com todos os estados afetivos, com as ideias, mesmo com aquelas que acreditamos serem as mais independentes. (DARDEL, 2011, p.34).

Nesse mesmo contexto Dardel (2011, p. 50), cita que “o grupo humano, clã, tribo, é uma coisa só com sua região de origem; emigrar é uma ruptura profunda: um transplante, uma perda de substância”.

Desse modo Haesbaert (2021), salienta que no Brasil, é reconhecido o direito ao território, desde a Constituição Federal de 1988, por parte de diversos grupos que se denominam “povos tradicionais”. Cada um desses grupos é definido segundo uma relação própria com a terra como meio natural, como seu território. E, os territórios são definidos e construídos em processos específicos de organização e resistência.

Fernandes (2008, p. 3), complementa que “a formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço”. E, “a definição de “território” por órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos

diferentes tipos de territórios contidos “território” de um determinado projeto de desenvolvimento territorial (FERNANDES, 2008, p. 4).

A diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoas no território, porque é neste e deste espaço que constroem suas existências, produzindo alimentos. Homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de mercadorias, culturas e infra-estrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem dos territórios camponeses (FERNANDES, 2008, p 11).

Segundo Cunha (2008), o território tem uma ocupação e revela intencionalidades, não havendo territórios neutros. Ao se ocupar lugares, faz-se escolhas que preenchem os espaços e os transformam em territórios. Portanto, dá para se perceber que existe uma relação entre espaço, lugar e território. “O espaço se transforma em lugar quando os sujeitos que nele transitam lhe atribuem significados. O lugar se torna território quando se explicitam os valores e dispositivos de poder de quem atribui os significados (CUNHA, 2008, p. 185).

E, segundo Santos (2008), os lugares são definidos pela sua densidade técnica, pela sua densidade informacional e pela sua densidade comunicacional, sendo que essa fusão os caracteriza e os distingue. Pode-se considerar então, que exatamente esses lugares é que são ocupados pelas comunidades tradicionais.

Conforme salientado, o território é entendido a partir do reconhecimento das relações de poder projetadas no espaço entre os diversos atores. O espaço que nos interessa conhecer nesta perspectiva, é sempre o espaço demarcado e transformado pela presença histórica e formativa da agricultura familiar, que é a forma social hegemônica, embora possa haver outras. O ponto de partida, portanto, é o agricultor, sua família, sua propriedade, sua atividade produtiva e as redes sociais e institucionais em que estiver inserido, que podem ser materiais ou intangíveis, ligadas à memória e às representações. (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004, p. 112).

Por outro lado, segundo Medeiros (2004), o acesso à terra conquistado por meio dos assentamentos é apenas o momento fundante. A criação de assentamentos e obtenção de *status* de produtor rural *assentado* trouxeram outras reivindicações, como, por exemplo, do crédito rural, melhorias no sistema viário, energia elétrica, saúde, escola. Esses processos de assentamentos trouxeram também inserções sociais, projetos de vida, concepções de legitimidade, legitimação dos grupos que muitas vezes são denominados como comunidades tradicionais, por exemplo, territórios rurais que são quilombolas, territórios rurais que são próprios do campo e de assentamentos.

Grzebieluka (2012, p. 118), rememora Diegues (2004), para quem as comunidades tradicionais são populações que mantêm uma relação direta com o ambiente natural onde se encontram inseridas; se utilizam deste ambiente de forma a garantir a utilização de recursos por sucessivas gerações. As atividades que desenvolvem são de baixo impacto ambiental e de baixa articulação com o mercado, sendo em sua maioria atividades para a própria subsistência.

As comunidades tradicionais são caracterizadas pela dependência dos recursos naturais com os quais constroem o seu modo de viver. Representam importante patrimônio histórico/cultural, caracterizado pelo modo simples de viver, com equilíbrio na relação homem/natureza. Utilizam conhecimentos adquiridos através do tempo, e transmitem práticas para as novas gerações. O processo de desapropriação, no entanto, fez com que muitos jovens perdessem o encanto pela permanência em seu local de origem, após relacionarem com outros povos (GRZEBIELUKA, 2012).

Santos (2015), rememora que:

É bom lembrar que no final da Segunda Guerra Mundial a maior parte da população brasileira ocupava os seus territórios tradicionais e era, por isso, chamada de população rural. Nesses territórios, reproduziam os seus saberes tradicionais através das mais diversas oficinas, sempre coordenadas por mestras e mestres de ofício. Por conta disso, quase tudo que se precisava para bem viver era feito e refeito no próprio território. Como tínhamos nesse período cerca de dois terços das pessoas morando no campo e um terço ou menos morando nas pequenas cidades, podemos afirmar, com segurança, que o que se produzia em cada território tradicional abastecia as suas populações e o excedente era suficiente para abastecer as pequenas cidades. Além disso, o abastecimento era feito através dos transportes de tração animal. Isso significa dizer que toda essa produção e o seu transporte eram desenvolvidos através dos saberes e ofícios tradicionais (SANTOS, 2015, p. 52).

Em geral, essas comunidades exercem atividades extrativas, tais como: caça, pesca, coleta e plantio coletivos, sendo as terras de uso comum e tudo o que delas é possível extrair reverte-se à comunidade. Realizam o apascento em comum do gado, o suprimento de lenhas, a extração de madeiras, a agricultura, o uso coletivo de água e variados produtos naturais. Há entrelaçamento comunitário, com o uso de escolas, espaços de reuniões, espaços culturais, espaços e símbolos sagrados, as hortas de quintais e as ervas do mato, que constituem espaços de uso comum (MONTEIRO; ALMEIDA, 2020). Na comunidade em estudo, o coletivo mais notado é o uso de máquinas e implementos agrícolas, ligados à cooperativa de que participam.

Extrativismo, nesse sentido, diz respeito a atividades tradicionais de extração de produtos diretamente da chamada natureza, porém em amplo equilíbrio com sua reprodução natural. Boa parte dos chamados povos tradicionais no Brasil está ou esteve ligada a esse tipo de atividade: seringueiros na extração de látex, catadoras de coco babaçu, coletores de frutos e flores, pescadores, etc. Todos eles praticam um extrativismo que, ao contrário do extrativismo hegemônico, estabelece territórios alternativos que podem se firmar como solução para os mesmos dilemas ambientais produzidos pelo megaextrativismo do grande capital. (HAESBAERT, 2021, p.62).

Uma característica é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse 'know-how' tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Outras características importantes de muitas sociedades tradicionais são: a combinação de várias atividades econômicas (dentro de um complexo calendário), a reutilização dos dejetos e o relativamente baixo nível de poluição (MONTEIRO; ALMEIDA, 2020, p. 157).

O Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) em todo o território nacional, em seu artigo 3º define **Povos e Comunidades Tradicionais** como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

No conceito de comunidades tradicionais estão inclusas não apenas as comunidades indígenas, mas outras populações que vivem em estreita relação com o ambiente natural, dependendo dos recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, com baixo impacto ambiental (SANTILLI, 2021).

Embora a Convenção sobre Diversidade Biológica utilize as expressões "comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais", não há consenso quanto à abrangência das expressões "comunidades locais", "populações tradicionais", "povos agrícolas locais", "povos dos ecossistemas", "populações das florestas", entre outros. Tal polissemia e indeterminação de abrangência dos termos se dá, justamente, pela pluralidade de situações e características culturais e ecossistêmicas entre os diferentes povos e, também, pelas diferentes formas de estudar e compreender estes povos por parte da ciência ocidental e pelos diferentes significados dessas expressões nas diversas línguas em que são realizadas

as pesquisas e formulados textos normativos. (BERGER FILHO; SPAREMBERGER, 2008, p. 10).

Entende-se por “sociedades tradicionais” os grupos humanos culturalmente diferenciados, com seu modo de vida mais ou menos isolada, com base em cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, que têm características de tradição no manejo sustentado do meio ambiente. Incluem tanto os povos indígenas quanto segmentos da população com modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos. São exemplos de “sociedades tradicionais” ou “populações tradicionais”: as comunidades caiçaras, os sitiantes e roceiros tradicionais, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas, caipiras, babaçueiros, jangadeiros, pantaneiros, pastoreio, praireiros, varjeiros, açorianos, sertanejos/vaqueiros e indígenas (DIEGUES, 2000).

O conhecimento tradicional pode ser definido como um conjunto de práticas, crenças, conhecimentos e costumes que são passados de geração a geração, em comunidades tradicionais que têm contato direto com a natureza. Trata-se do patrimônio comum de um grupo social, com caráter difuso, já que não pertence a apenas um indivíduo, mas a toda a comunidade (BRUNO; MATTOS, 2021, p. 1003).

Quanto aos conhecimentos tradicionais a Constituição Federal, em seu artigo 216, esclarece que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, prazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados

às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, p. 21).

Mas, só fazem parte integrante da cultura as informações que tenham sido de alguma ou outra forma arquivadas, conservadas e/ou transmitidas, com capacidade de contribuir para o estabelecimento da memória social ou coletiva, ou também chamado patrimônio cultural imaterial (BERTOLDI, 2014).

Essas comunidades, povos ou sociedades tradicionais, guardiãs de um rico saber, compartilham estilos de vida particulares, fundados na natureza, no conhecimento sobre ela e nas melhores práticas para conservá-la e utilizá-la sustentavelmente, respeitando desse modo sua capacidade de recuperação e conservação. Diferentemente das sociedades capitalistas), pouco cobiçam a acumulação de riquezas materiais privilegiando a acumulação de conhecimentos sobre o mundo natural – e também sobrenatural – com o fim de sobrevivência, os quais são transmitidos oralmente de geração a geração, constituindo um legado cultural e coletivo indispensável ao equilíbrio do Planeta e à promoção da justiça socioambiental das presentes e futuras gerações.

(...)

O denominado Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) pode ser qualificado como um conjunto de mente e fatos de presumida espontaneidade e autenticidade, expressos ou materializados sob diversas e distintas formas que recebem a rotulação patrimonial. São informações registradas em materiais humanos ou tecnológicos que devem ser transmitidas em razão de seu interesse público intergeracional. (BERTOLDI, 2014, p. 564 e 569).

Convém refletir, com Santos (2015), que na Ditadura Militar, além dos confrontos físicos, houve a tentativa de desmantelamento e uma obrigatória substituição dos saberes tradicionais transmitidos oralmente de geração a geração, por saberes acadêmicos transferidos por meio da linguagem escrita, cujo aprendizado agora era oferecido como melhoria de suas condições de vida. Lembra ainda o autor, que:

No final da Segunda Guerra Mundial a maior parte da população brasileira ocupava os seus territórios tradicionais e era, por isso, chamada de população rural. Nesses territórios, reproduziam os seus saberes tradicionais através das mais diversas oficinas, sempre coordenadas por mestras e mestres de ofício. Por conta disso, quase tudo que se precisava para bem viver era feito e refeito no próprio território. Como tínhamos nesse período cerca de dois terços das pessoas morando no campo e um terço ou menos morando nas pequenas cidades, podemos afirmar, com segurança, que o que se produzia em cada território tradicional abastecia as suas populações e o excedente era suficiente para abastecer as pequenas cidades. Além disso, o abastecimento era feito através dos transportes de tração animal. Isso significa dizer que toda essa produção e o seu transporte eram desenvolvidos através dos saberes e ofícios tradicionais (SANTOS, 2015, p. 52).

Sabemos que historicamente o campo brasileiro foi espaço de conflitos, expulsões expropriações e abandono de trabalhadores/as do campo. Esse retrocesso ocorreu desde a chegada dos colonizadores portugueses no Brasil que impuseram modos de organizar o espaço geográfico e social, decidindo quem teria direito a terra e quem não teria. (PEREIRA 2018, p.91). Adverte ainda a autora que a partir desse cenário conflituoso entre a riqueza e a pobreza o que se sabemos é que o campo, como espaço de vida, foi palco de desigualdades sociais (2018, p. 92).

4.2 Mulheres nos espaços sociais e mulheres no campo

Na maior parte do mundo grandes mudanças vêm sendo observadas diante dos afazeres femininos. onde os papéis de chefe de família vem se invertendo paulatinamente, ou seja, as mulheres tem assumido em muitos lugares espaços sociais antes pensados apenas para serem desenvolvidos por homens. Essa situação é observada em todo o mundo. Atualmente, as mulheres estão na política, na saúde, na educação, na segurança, nas empresas, nas cooperativas, nas associações. Elas tem buscado escolarização e tem assumido funções importantes dentro da sociedade brasileira.

Também, vem crescendo o trabalho feminino na agricultura Brasileira e deste modo surge o nosso interesse em conhecer e divulgar a importância da contribuição dessas mulheres e as suas condições de poder decisório em território da cidadania cuiabana. Mais adiante, vamos abordar especificamente as forças do trabalho feminino do assentamento Agrovila das Palmeiras município de Santo Antônio de Leverger-MT.

É importante ressaltar que essas transformações não ocorreram do dia para a noite, mas é resultado de lutas de coletivos de mulheres, e tem fortalecimento a partir do reconhecimento do dia da mulher, 08 de março em memória a luta de mulheres em uma fábrica. Essa história se perdeu nos grandes registros históricos seja do movimento socialista, seja dos historiadores do período. Reaver, e não deixar cair no esquecimento esse fato é, também, reafirmar a história das lutas das mulheres inserida na combate pela transformação social. Trazer o debate da difícil construção da luta de mulheres pela igualdade entre mulheres e homens que ocorreram no período histórico é mostrar os limites de enfrentamento da luta feminista pela inclusão na sociedade e as transformações estruturais das relações sociais e econômicas.

No Brasil, há lutas de diferentes coletivos de mulheres, como mulheres negras, indígenas e mulheres do campo, dos assentamentos do Movimento sem Terra e de muitas outras.

Os movimentos de mulheres do campo mostram que um dos caminhos para as alterações da estrutura social está na organização coletiva que é capaz de promover mudanças nas conjunturas macro (políticas) e micro (locais, nas comunidades) quando alcançam as legislações por exemplo (PEREIRA, 2018, p.99).

É um marco histórico já que construção política econômica do Brasil foi pensada a partir de grupos dominantes, e em sua maioria, comandado por homens branco, burgueses. O rompimento com essa hegemonia machista e patriarcal acontece também com a chegada de uma presidenta mulher à frente do país (PEREIRA, 2018, p. 99).

Assim, é possível afirmar que as questões de gênero vêm tomando força nas últimas décadas nos cenários rurais e desse modo as discussões ganham destaque nesses espaços, de produção da relação gênero e ruralidade necessariamente demandando um enfoque interseccional.

No entanto, é preciso também afirmar que de modo geral a mulher mesmo com grandes desafios tem ocupado lugares e papéis sociais em vários lugares da sociedade.

4.3 Categorias geográficas da pesquisa - território e lugar

Trazemos algumas categorias importantes para a pesquisa e fazemos a partir da observação das diversidades epistemológicas do lugar, território e da região. Utilizamos metaforicamente as epistemologias do sul como um campo de desafios epistêmico, que procura reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo nas suas relações colonial com o mundo.

a epistemologia ocidental dominante foi construída na base das necessidades de dominação colonial e assenta na ideia de um pensamento abissal. Este pensamento opera pela definição unilateral de linhas que dividem as experiências, os saberes e os atores sociais entre os que são úteis inteligíveis e visíveis (os que ficam do lado de cá da linha) e os que são inúteis ou perigosos, ininteligíveis, objetos de supressão ou esquecimento (os que ficam do lado de lá da linha) (GOMES, 2012, p. 43).

Assim, as Epistemologias do Sul se propõem à tarefa de responder aos seguintes questionamentos: Por que razão, nos dois últimos séculos, dominou uma epistemologia que eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento? Quais foram as consequências de uma tal descontextualização? São hoje possíveis outras epistemologias?" (SANTOS; MENESES, 2010, p. 7). Heidegger (*apud* BAMBACH, 2003, p. 112) considera que o pensamento pré-socrático, "que brota da *arche* do próprio ser", é a raiz genuína do

pensamento – um modo de pensar que iria contrastar fortemente com a metafísica e a epistemologia ocidentais.

Numa época em que a cultura alemã se desenvolvia sem o enquadramento de um Estado-nação unificado, uma série de filósofos e escritores recorria aos termos da sua visão da Antiguidade para afirmar os seus ideais nacionais. No contexto desta helenomania alemã, fortalecida pela invasão napoleônica de 1806, Fichte, Hegel e os seus contemporâneos viriam a invocar o mito de uma singular afinidade greco-germânica enraizada quer na linguagem, quer na *Heimat* (BAMBACH, 2003, p. 116). O pensamento pós-abissal parte da ideia de que a diversidade do mundo é inesgotável e que esta diversidade continua desprovida de uma epistemologia adequada. Por outras palavras, a diversidade epistemológica do mundo continua por construir (SANTOS, 2009, p. 44).

Repensar nossa forma de enxergar a globalização, as cidades e o lugar é algo evidente neste momento pois o espaço está em constante mudanças, não é algo estático e neutro, uma entidade gélida e imóvel, mas é algo interligado com tempo e, assim, sempre mudando. Os meios de comunicação possuem um papel dos mais importantes na vida cotidiana dos cidadãos, especialmente, em relação à percepção e à construção de novos sentidos de espaço e tempo. “Uma relação permanente instável, onde globalização e localização são termos de uma dialética que se refaz com frequência.” (SANTOS, 2011, p. 314). Esse fato impõe novas questões à Geografia e a sua maneira de conhecer e produzir explicações sobre o mundo. (GUIMARÃES, 2007, p. 58).

A psicosfera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas – tecnosfera e psicosfera – são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas. (SANTOS, 2017, p. 172).

(...) em plena “era do espaço”, temos também a era da “desterritorialização”, neste caso significando, de forma mais ampla, “desespacialização” Dominados pelo espaço sem tempo– ou, na perspectiva inversa, pelo tempo sem espaço -, perdemos o “verdadeiro” espaço, que é o espaço densificado pela história, aberto às novas possibilidades do futuro (HAESBAERT, 2004, pp. 155-156).

Nós nunca vivemos tanto na caverna de Platão como hoje. Hoje é que estamos de fato a viver na caverna de Platão. Porque as próprias imagens que mostram a realidade de alguma maneira substituem a realidade. Nós estamos em um mundo que chamamos de mundo audiovisual. Nós estamos efetivamente a repetir a situação das pessoas aprisionadas ou atadas na caverna de Platão, olhando em frente, vendo sombras e acreditando que essas sombras são realidades (SARAMAGO, 2020).

Entretanto constatamos que as idealidades da Epistemologias do Sul são uma proposta de expansão da imaginação política para lá da exaustão intelectual e política do Norte global, traduzida na incapacidade de enfrentar os desafios deste século, que ampliam as possibilidades de repensar o mundo a partir de saberes e práticas do Sul Global e desenham novos mapas. “Na ciência moderna a ruptura epistemológica simboliza o salto qualitativo do conhecimento do senso comum para o conhecimento científico; na ciência pós-moderna o salto mais importante é o que é dado do conhecimento científico para o conhecimento do senso comum” (SANTOS, 2010a, p. 90).

A proposta dos pensadores desta corrente filosófica parte da constatação de que, ademais de todas as dominações pelas quais é conhecido, o colonialismo “foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder” (SANTOS; MENESES, 2010, p. 19). O *modus operandi* do colonialismo levou a que nações/povos colonizados tivessem muitas de suas formas peculiares de saber suprimidas. Este foi responsável por imprimir uma histórica tradição de dominação política e cultural, que submeteu à sua visão etnocêntrica o conhecimento do mundo, o sentido da vida e das práticas sociais. (GOMES, 2012, p. 40).

Contudo, os lugares existem na dimensão da vida em sociedade, mas o problema enfrentado no cotidiano muitas das vezes causa dicotomia no bem viver das pessoas gerando muitas das vezes conflitos ou um ambiente desigual como podemos observar na música fotografia 3x4 de Belchior:

Eu me lembro muito bem do dia em que eu cheguei
Jovem que desce do norte pra cidade grande
Os pés cansados e feridos de andar légua tirana
E lágrimas nos olhos de ler o Pessoa
E de ver o verde da cana
Em cada esquina que eu passava, um guarda me parava

Pedia os meus documentos e depois sorria
 Examinando o três-por-quatro da fotografia
 E estranhando o nome do lugar de onde eu vinha
 Pois o que pesa no norte, pela lei da gravidade
 Disso Newton já sabia, cai no sul grande cidade
 São Paulo violento, corre o rio que me engana
 Copacabana, Zona Norte
 E os cabarés da Lapa onde eu morei
 Mesmo vivendo assim, não me esqueci de amar
 Que o homem é pra mulher e o coração pra gente dar
 Mas a mulher, a mulher que eu amei
 Não pode me seguir, não
 Desses casos de família e de dinheiro eu nunca entendi bem
 Veloso, o sol não é tão bonito pra quem vem do norte e vai viver na rua
 A noite fria me ensinou a amar mais o meu dia
 E pela dor eu descobri o poder da alegria
 E a certeza de que tenho coisas novas
 Coisas novas pra dizer
 A minha história é, talvez
 É talvez igual a tua, jovem que desceu do norte, que no sul viveu na rua
 E que ficou desnortado, como é comum no seu tempo
 E que ficou desapontado, como é comum no seu tempo
 E que ficou apaixonado e violento como, como você
 A minha história é, talvez
 É talvez igual a tua, jovem que desceu do norte, que no sul viveu na rua
 E que ficou desnortado, como é comum no seu tempo
 E que ficou desapontado, como é comum no seu tempo
 E que ficou apaixonado e violento como, como você
 Eu sou como você
 Eu sou como você
 Eu sou como você que me ouve agora
 Eu sou como você
 Eu sou como você

Assim, pode-se notar “uma relação permanente instável, onde globalização e localização são termos de uma dialética que se refaz com frequência.” (SANTOS, 2011, p. 314). Dessa forma segue definindo que a proposta das Epistemologias do Sul surge de uma constatação: apesar de que o mundo seja múltiplo e variado no tocante às culturas, ao longo de toda a modernidade imperou soberana uma forma de produção de conhecimento pautada pelo modelo epistemológico da ciência moderna. Essa soberania epistêmica sufocou a emergência de formas de saber diversos do modelo vigente (GOMES, 2012). Este foi responsável por imprimir uma histórica tradição de dominação política e cultural, que submeteu à sua visão etnocêntrica o conhecimento do mundo, o sentido da vida e das práticas sociais. (GOMES, 2012, p. 40).

[...] valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos ecologias de saberes (SANTOS; MENESES, 2010, p. 7).

Os territórios usados são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que cada vez mais ações informadas, ações normatizadas. (SANTOS, 2012, p. 138).

Neste contexto o território será compreendido como fruto da valorização simbólica de um grupo, uma comunidade (HAESBAERT, 2012). Nesse mesmo olhar notamos que o binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. a visão que denominamos 'parcial' de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a 'natural', a econômica, a política ou a cultural); ii. a perspectiva 'integradora' de território, na resposta a problemáticas que 'condensadas' através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas (HAESBAERT, 2007, p. 41).

4.4 Os territórios e suas relações de poder

Aqui podemos iniciar destacando o espaço como o lugar onde as coisas acontecem espaço algo interligado com o tempo e, assim, sempre mudando. As relações ocorridas nesse espaço é o que nos permite "fugir de transformar a geografia mundial em uma narrativa histórica (MASSEY2008, p. 65). Na luta pela existência, é destinado ao espaço um significado semelhante àqueles pontos máximos decisivos das lutas dos povos que designamos de batalhas. Em ambos os casos, trata-se da aquisição de espaço em movimentos de avanço e recuo. Na medida em que aquele que é atacado tem espaço, pode esquivar-se; mas se o espaço for estreito, a luta se dá desesperadamente (HAESBAERT, 2004, p. 107). O espaço tem um potencial político, e ao passar pelos antigos significados e associações a ele inerente, propõe a interpretação do espaço como uma produção aberta e múltipla.

Na perspectiva do método marxista adotado então, "o espaço é fundamentalmente social e histórico, evolui no quadro diferenciado das sociedades e em relação com as forças externas, de onde mais frequentemente lhes provém os

impulsos" (SANTOS, 1979, p. 10). O autor coerentemente aponta que "todos os processos que juntos formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são históricos e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social" (SANTOS, 1979, p. 14). Porém, apesar de determinado histórica e espacialmente, nas versões geográficas o modo de produção tornou-se cada vez mais determinante da história e da sociedade e, conseqüentemente, das diferenças no espaço. Pois, embora "o espaço não [seja] uma simples tela de fundo, inerte e neutro, [as suas] "formas-conteúdo são subordinadas e até determinadas pelo modo de produção" (SANTOS, 1979, p. 16).

Nesse contexto observamos a luta pela existência e bem viver de muitas comunidades, apresentando o significado semelhante àqueles pontos máximos decisivos das lutas dos povos que designamos aqui de batalhas. Com tudo notamos que o lugar é o nosso maior patrimônio pois, "o espaço vivido é o local cotidiano onde estabelecemos nossas relações humanas, onde criamos os laços afetivos, emocionais, sociais, onde surgem os significados", como diz Frémont (1976, p. 242). Assim, a relação entre identidade e lugar está articulada ao espaço vivido e essa articulação é geográfico. A gente pode até não estar mais vivendo no nosso lugar de origem, mas a identidade está presente em nós onde quer que estejamos, em nosso modo de falar, vestir, comer, entre outras relações do cotidiano.

Em fim observando as diversidades epistemológicas do território do lugar e da região por epistemologias do sul metaforicamente como um campo de desafios epistêmico, que procura reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo nas suas relações colonial com o mundo. Assim podemos dar significações ao espaço observado onde podemos remeter ao caráter temporal na delimitação dos espaços vivido, e que esse espaço encontra-se em constante movimento de onde observamos lutas de resistências e a docilidade do bem viver e que nessa vivencia exista como poesia no movimento daqueles que ali vivem, no olhar das pessoas no canto dos pássaros e na comunhão entre os povos, que ali prevalece o poeta, pois a poesia é um lugar onde a gente ainda pode fazer com que um absurdo seja uma sensatez como dizia o poeta pantaneiro Manoel de Barros. Nessa sequência abordaremos o desenvolvimento fundiário do território de Santo Antônio do Leverger.

4.5 A Mulher e as relações de poder do patriarcado

O papel da família é relacionado com a socialização. Machado (2000, p.3) admite a existência de um "*patriarcado contemporâneo*" que foi alterando suas configurações ao longo da história na forma de um patriarcado moderno. A ideologia machista cumpre tão bem a sua função social, que algumas mulheres reproduzem os discursos machistas sem ter noção do que isto representa para a própria classe. Saffioti (2004, p.34). Alimentar certo tipo de discurso impõe limites sobre o que homens e meninos podem e devem fazer e o que mulheres e meninas podem e devem fazer.

E o sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres (...). Imbuídas da ideologia que dá cobertura ao patriarcado, mulheres desempenham, com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza, as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças ou adolescentes, segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo (SAFFIOTI, 2004, p.34).

É preciso fazer compreender que o proletariado hoje não tem contra si apenas uma associação privada, mas todo o aparelho estatal, com sua polícia, seus tribunais, seus jornais que manipulam a opinião segundo o arbítrio do governo e dos capitalistas (GRAMSCI, 2004 apud MORAES, 2010, p.63).

Nas últimas décadas o feminismo se tornou importante para a teoria política como podemos ver na fala de Miguel;

(...) na teoria política produzida nas últimas décadas, a contribuição do feminismo se mostrou crucial. O debate sobre a dominação masculina nas sociedades contemporâneas – ou o patriarcado, como preferem algumas – abriu portas para tematizar, questionar e complexificar as categorias centrais por meio das quais era pensado o universo da política, tais como as noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia. Não é mais possível discutir a teoria política ignorando ou relegando às margens a teoria feminista, que, nesse sentido, é um pensamento que parte das questões de gênero, mas vai além delas,

reorientando todos os nossos valores e critérios de análise (MIGUEL, 2014, p. 17).

O autor ainda afirma que não se pode mais discutir política ignorando ou deixando de lado o feminismo. Acreditar que em todos nós temos uma grande mulher forte, batalhadora, símbolo de empoderamento nos mobiliza na construção de uma sociedade mais igualitária.

4.6 O território de Santo Antônio do Leverger: aspectos geo-históricos e políticos e Agrovila de Palmeiras

Grande parte das cidades mato-grossenses é atualmente conhecida pela produção agrícola e tem sua dinâmica urbana atrelada diretamente a uma visão reduzida do agrícola fazendo deste modo Mato Grosso a ser conhecido como a capital do agronegócio brasileiro e o celeiro do mundo. Porém, não podemos esquecer que em tamanho atributos de celeiro do mundo encontramos entre nos regiões com IDH abaixo muito além do esperado. Mato Grosso passa por momento de rápida inserção do território amazônico às estratégias do capital, e passa a ser considerado como “portal” da Amazônia e visto como uma etapa territorial de ocupação e integração econômica para o centro oeste e norte brasileiro (MORENO, 2007).

Poderosos empresários se transformaram em latifundiários por meio de generosos incentivos fiscais, da cessão ou venda de terras a custos irrisórios ou imersas nos mais variados mecanismos de burla, corrupção e grilagem (OLIVEIRA, 1997; MORENO, 2007). Assim tal generosidade atrelado a realização da produção da fronteira do capital pela privatização das terras, indagadas sob o comando de latifundiários por meio da transformação de terras devolutas, sob a jurisdição do Estado, em propriedades privadas capitalistas nas mãos de grandes empresários e empresas.

É justamente devido à essa expansão própria ao capitalismo que Sérgio Martins (1993, p.23) afirma que a fronteira faz referência a um “espaço submetido a uma contínua redefinição”, no qual se sobrepõem relações aparentemente fragmentadas que seriam alteradas pela ação do Estado em função dos interesses em jogo – neste caso, a continuidade da acumulação capitalista. Vindo de uma legislação fundiária permissiva e participando ou sendo conivente aos mais variados

mecanismos de burla, corrupção e de grilagem (OLIVEIRA, 1997; MORENO, 2007), como detalha Moreno (2007), o processo de ocupação de terras em Mato Grosso teve a particularidade de privilegiar a monopolização da propriedade privada da terra, apresentando um complexo aparato jurídico e político que teve como uma de suas consequências o favorecimento de interesses dos setores hegemônicos econômicos e políticos.

Observa-se, em Santo Antônio, a constituição de uma cidade engendrada por meio da manutenção e reprodução de mecanismos de produção do capital, bem como de relações espaciais preenchidas pelo “poder do atraso” (MARTINS, 1994) que tanto caracteriza a sociedade brasileira (IBGE, 2017).

O município Santo Antônio do Leverger se estende por 11 753,6 km² e de acordo com a divisão regional vigente desde 2017, instituída pelo IBGE, o município pertence às Regiões Geográficas Intermediária e Imediata de Cuiabá. Até então, com a vigência das divisões em microrregiões e mesorregiões, fazia parte da microrregião de Cuiabá, que por sua vez estava incluída na mesorregião do Centro-Sul Mato-Grossense. O Território da Cidadania Baixada Cuiabana - MT está localizado na região Centro-Oeste e é composto por 14 municípios: Acorizal, Barão de Melgaço, Campo Verde, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Jangada, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger e Várzea Grande.

Santo Antônio do Leverger pode e os municípios que fazem fronteira pode ser visualizada no mapas (Figuras 2).

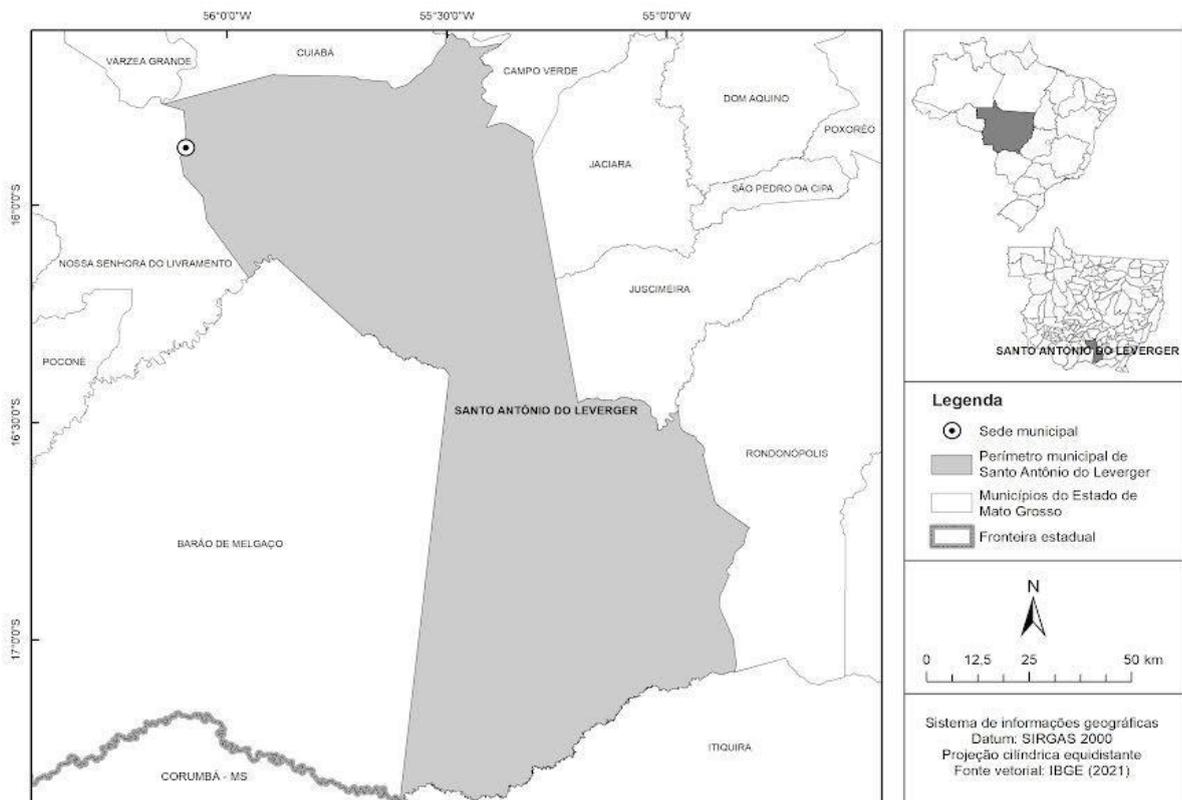


Figura 2: (Maruyama 2022) Localização de Santo Antônio do Leverger no Mato Grosso e no destaque os municípios circunvizinhança.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. Indo em outra perspectiva e com ênfase em Santo Antônio de Leverger que podemos destacar como um município com características peculiar aos demais território do vale do rio Cuiabá, por haver nesta região povos com características cultural bem diversificada como: Indígenas, ribeirinhos, quilombolas, comunidades tradicionais e assentamentos. Essa diversidade de povos demonstra o quanto este município é rico e importante na construção da história geográfica do estado de Mato Grosso.

Dessa forma, podemos compreender que o território possui vários níveis, variando desde o local até o global. Além disso, ele pode se expressar através de relações naturais ou biológicas, culturais, políticas, sociais, econômicas, militares, entre outras. Outra importante característica desse território é o ecótono fronteiriço de transição entre dois importantes biomas o cerrado e o pantanal.

Nesse mesmo contexto, analisando o território da Cidadania Baixada Cuiabana – MT que está localizado na região Centro-Oeste, composto por 14 municípios: Acorizal, Barão de Melgaço, Campo Verde, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Jangada, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger e Várzea Grande e entre eles notamos algumas semelhanças em relações de movimento nesses espaços vivido.

Conhecida internacionalmente como a cidade natal de Marechal Cândido Rondon, o município de Santo Antônio do Leverger sedia o Memorial Rondon, onde conta um pouco sobre a vida do militar. Atualmente o município, de maioria católica, porém com crescimento vertiginoso dos evangélicos, vive do turismo da pesca e agricultura de produção de fatura do lugar, sendo uma cidade hospedeira, pois muitos moradores moram na cidade e trabalham na capital Cuiabá.

Fatos históricos descritos por Póvoas (2000) envolvendo a cana-de-açúcar mostram o forte desempenho econômico, social e político envolvendo a indústria açucareira que movimentou o Estado de Mato Grosso no final das décadas do século XIX até meados do século XX. Com a fertilidade da terra, era comum encontrar plantações de cana-de-açúcar nas margens do Rio Cuiabá, pois, após receberem os nutrientes necessários para o seu desenvolvimento provenientes de enchentes, essas áreas permaneciam propícias para esse tipo de cultivo. Dessa forma, os engenhos e usinas se proliferaram às margens do Rio Cuiabá graças à via fluvial, que pôde trazer as maquinarias modernas da Europa, e aos trabalhadores, primeiramente escravos, e que, mesmo após a abolição da escravatura, ainda continuaram a receber um tratamento escravista dos proprietários conhecidos como “coronéis” (SIQUEIRA; COSTA; CARVALHO, 1989). Deste modo, essa era uma opção para muitos, que deixavam suas famílias em busca de uma renda para sua sobrevivência. Como nem sempre a quantidade plantada no canavial das usinas era suficiente para atender as demandas dos engenhos, muitas comunidades ribeirinhas fizeram do fornecimento de cana-de-açúcar para as usinas parte do seu sustento.

A atividade econômica formal presente na região é garantida por uma fonte de água mineral transformada em indústria, bem como o extrativismo e beneficiamento de palmito.

O que não assegura que as pessoas que ali que residem na região tenham acesso direto aos empregos que são oferecidos nesse local, pois, os mesmos não

permanecem morando na comunidade após concluírem o ensino médio. Essa é a primeira de uma série de problemas que dizem respeito a uma formação educacional que priorize soluções nesse sentido.

Santo Antônio do Leverger se articula-se com as demais regiões do Estado, por um sistema radial de rodovias como as BR-163, BR-364 e BR-070. Fazem ainda parte desta região de planejamento VI outros municípios como Acorizal, Barão de Melgaço, Chapada dos Guimarães, Jangada, Nossa Senhora do Livramento, Nova Brasilândia, Planalto da Serra e Rosário Oeste. É nesse espaço que se concentra proporcionalmente a maior parcela da população do Estado, devido à presença do pólo Cuiabá/Várzea Grande. Em 2007 o total de sua população era de aproximadamente 900 mil habitantes, representando cerca de 1/3 do total de habitantes de Mato Grosso. A área da região, de 80,83 mil Km² corresponde a 9% do território estadual, e apresenta a mais alta taxa de densidade demográfica do Estado, 11,19 hab/km².

O grau de urbanização da região em 2007 atingiu um percentual de 91,63%, sendo que novamente, os municípios de Cuiabá e Várzea Grande ultrapassam os resultados modestos dos demais municípios, que, com as exceções de Poconé, Nova Brasilândia, Planalto da Serra e Nobres, apresentam baixo grau de urbanização. Dos treze municípios que compõem a região, seis deles apresentaram taxa de crescimento negativo no período 2000/2007, são eles: Acorizal, Barão de Melgaço, Nobres, Nova Brasilândia, Planalto da Serra e Rosário Oeste.

O setor econômico caracteriza-se como a maior e mais diversificada base econômica de Mato Grosso, com um PIB de R\$ 8,1 bilhões (2005), contribuindo com mais de 24% da riqueza produzida em Mato Grosso, entretanto, esta base econômica regional está fortemente concentrada no pólo de Cuiabá / Várzea Grande, com quase 90% de toda produção da 49 região; tendo o município de Várzea Grande contribuído como 30% da riqueza do pólo.

Com presença marcante da indústria, a região respondeu em 2005 por quase 35% da produção industrial do Estado. Cuiabá/Várzea Grande corresponde ao grande centro comercial e de serviços do Estado, representando a região com mais de 33% neste setor. Destacam-se na mineração: Nobres, responsável em 2005 por 58% da produção industrial do Estado advindo da exploração do calcário; Cuiabá e Poconé, pelo ouro, contribuindo com 61% da exploração do Estado, e ainda

Chapada do Guimarães com água mineral responsável por 34,1% da exploração Estadual.

Nas atividades primárias, verifica-se uma forte predominância da pecuária, de baixa agregação de valor, sendo pouco significativa a atividade agrícola dentro do contexto estadual, ao contrário de algumas regiões do estado terem projeção nacional, este setor é responsável por apenas 4% do PIB agropecuário estadual (2005). As terras são por vezes declivosas, e no geral não recomendadas para o uso agrícola, por apresentar predomínio de solos rasos e pedregosos, ocorrendo terras aptas para pastagens.

Assim, é comum a presença de bolsões de pequenos produtores e agricultura tradicional próximo aos centros urbanos. Em paralelo avança um processo de modernização, tanto por meio da capitalização de grandes e médios estabelecimentos, quanto pela integração localizada de pequenos e médios produtores às estruturas agro-industriais, como se verifica com a avicultura. Quanto à avaliação da qualidade de vida da população, medida pelo ICQV (Índice de Condições e Qualidade de Vida), observa-se na região que as desigualdades intra-regionais em termos econômicos e principalmente sociais são elevadas.

Apenas Cuiabá apresenta alto índice de ICQV, seguido de Várzea Grande com um índice de médio-alto, nos demais municípios esse índice é baixo e muito baixo. Fato constatado quando se analisam indicadores sociais como a renda do chefe de família, domicílios abastecidos com água encanada e taxa de analfabetos, por um lado Cuiabá apresenta indicadores dos mais elevados do Estado; enquanto que, Nossa Senhora do Livramento os menores indicadores regionais.

Essa região apresenta uma diversidade de potencialidades quanto aos aspectos minerais para ouro, diamante, calcário, calcário dolomítico e dolomito, e para agregados da construção civil (areia, cascalho e argila). A exploração desses recursos minerais ocasionou uma extensa degradação do ambiente, com desfiguração da paisagem, remoção da vegetação, assoreamento de drenagens, disposição inadequada dos rejeitos, principalmente no trecho entre Cuiabá e Poconé resultante da exploração de ouro e de agregados para construção civil, e na região de Nova Brasilândia e Planalto da Serra, relacionada à exploração de diamante.

Essa atividade é impulsionadora da economia mineral e agrícola do Estado, no entanto, deve ser ordenada e regularizada para que seja executada de forma harmônica com a manutenção dos potenciais de beleza cênica e de conservação da

Província Serrana e do Pantanal. As feições de beleza cênica estão representadas pelas bordas escarpadas da região planáltica circundante, pelas cabeceiras dos rios afluentes ao Pantanal e feições cársticas com grutas, cavernas e corredeiras da Província Serrana, águas termais do Planalto de São Vicente, e áreas de relevante interesse ecológico devido à variabilidade ambiental e diversidade de paisagens relacionadas ao complexo pantaneiro, características que lhe conferem também grande biodiversidade.

A qualidade das águas superficiais reflete o grau de antropização e tipo de uso, evidenciada pela baixa qualidade das águas e também a questão das águas subterrâneas da região do entorno de Cuiabá – Várzea Grande, pois além dos problemas referentes à potencialidade e qualidade das águas superficiais, este aglomerado urbano situa-se em região de média a baixa potencialidade subterrânea.

Essa região desenvolve-se sobre ambiente savânico alterado predominantemente por pecuária e exploração garimpeira.

De acordo com dados da SEPLAN (Secretaria de Estado de Planejamento) do Estado de Mato Grosso, a Região VI, onde Santo Antônio do Leverger e conseqüentemente Agrovila das Palmeiras se situa apresenta solo “declivoso, o que de modo geral não é o tipo recomendadas para o uso agrícola, por apresentar predomínio de solos rasos e pedregosos”, o que com o auxílio de estudos e pesquisas específicas poderão ser verificadas que alternativas de recuperação desse solo devem ser feitas para que ela tenha um aproveitamento eficaz nesse setor, daí a necessidade de olhares especializados nas diversas áreas do conhecimento que contemplem essa perspectiva como é o caso da Agronomia;

Outro dado apontado pela Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso (SEPLAN) é o Índice de Condições e Qualidade de Vida (ICQV), que é medido pelos indicadores sociais, como a renda do chefe de família, domicílios abastecidos com água encanada e taxa de analfabetos, que, nessa região é muito baixo, estando preocupantemente muito abaixo dos índices considerados apropriados. Nesse sentido é preciso pensar em questões que possam gerar a melhoria na renda familiar, bem como, melhorar também as condições sanitárias, que deverão ser pensadas como prioridades de Saúde Pública.

A comunidade de Agrovila das Palmeiras tem como atividade produtiva a pisciculturaa fruticultura, a avicultura, a pecuária e o extrativismo. A atividade pecuária é a base da fonte de renda dos moradores, principalmente, o gado leiteiro o

que garante que o produtor possa se manter no sítio, sem necessitar sair para trabalhar em outras propriedades. A maioria dos grupos familiares que residem nas proximidades da comunidade tendem para o trabalho com agricultura familiar, de subsistência como mostra a (Figuras 3), onde as mulheres preparam a farinha de ora pro nobis para a utilização em suas iguarias.

Figura 3: Mulheres na prática da economia de fartura no preparo da farinha do ora pro nobis.



Fonte: (autora, 2022).

A região da Agrovila das Palmeiras faz parte da baixada cuiabana por pertencer ao município de Santo Antônio do Leverger, que está inserido no grupo dos 14 (quatorze) municípios da baixada, cujo setor econômico, segundo o ZSEE, caracteriza-se como a maior e mais diversificada base econômica de Mato Grosso, com um PIB de 8,1 bilhões (2005), fazendo parte da região de planejamento VI.

A região de planejamento VI - Cuiabá / Várzea Grande, caracteriza-se pela presença do principal centro polarizador do Estado de Mato Grosso, representada pela capital Cuiabá, a cidade de Várzea Grande e, também dos sub-centros de Poconé e Nobres.

Agrovila das Palmeiras está situada em uma área que têm dois importantes biomas: o cerrado e o pantanal, caracterizando-se como área de transição, e em torno é cercada por serras, rios, cachoeiras, águas termais, caracterizando, assim

um cenário de belezas, praticamente desconhecida, com visibilidade econômica em potencial. O que pode configurar-se como uma alternativa, além daquela em que se prioriza apenas a agricultura, mesmo que, familiar e ecologicamente correta.

Diante desse contexto em que se verifica uma região com a pecuária e agricultura com baixa agregação de valor, que o Índice de Condições e Qualidade de Vida está muito abaixo do esperado, a Saúde Pública pede socorro, necessitando de olhares conscientes e especializados. E que, por outro lado, apresenta aspectos paisagísticos de relevante beleza natural, muitas questões podem ser elencadas para que as políticas públicas possam mudar esse quadro de forma incisiva e permanente.

Muitos dos assentados dessa comunidade eram pessoas nativas da região, outras que terminavam de cumprir a pena no presídio rural da localidade e outras vieram de diferentes Estados e, desse modo, tornou-se uma mistura de gente que trabalha na piscicultura, fruticultura, avicultura, pecuária e extrativismo, sendo a pecuária a base da fonte de renda, além da agricultura familiar que é a base da economia de fartura. A comunidade tem pouca atividade econômica formal: engarrafadora de água mineral, trabalho nos órgãos estaduais e municipais e o extrativismo de espécies nativas da região, incapazes de empregos a todos.

Antes, nessa comunidade, havia uma tendência crescente de aproveitamento das atividades familiares onde as mulheres eram guardiãs dos saberes tradicionais cujos compromissos eram a transformação de produtos como rapadura, farinha, carne frita na lata, bolo de arroz, entre outras iguarias, eram produzidos por ela e serviam como alimentos para população local. Porém, hoje quase não se encontram tais guloseimas na comunidade. Recordam-se de outros saberes, como: garrafada, panela de barro, melado de cana de açúcar, óleo/farinha do babaçu, que também se perderam no tempo.

A mudança vem ocorrendo de tal modo que está abrangendo a estrutura deste povoado, seus modos próprios de vida, relações territoriais, preservação da memória, história e patrimônio cultural material e imaterial, seus saberes tradicionais, o uso de recursos naturais, entre outros. Para tanto, faz-se necessário buscar soluções de suporte legal e teórico para compreender as transformações que vem ocorrendo na identidade desta comunidade.

5 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Os pressupostos metodológicos da pesquisa se ancoram na fenomenologia e no materialismo histórico dialético. Para tanto, o método utilizado será o materialismo histórico e dialético de Karl Marx (2002) em diálogo com a fenomenologia da percepção de MerleauPonty (1999) e o tipo de pesquisa será a participativa, com abordagem qualitativa e quantitativa, observando o cotidiano de cinco mulheres com diferentes situações financeiras e faixa etária, agentes de assistência técnica e extensão rural, presidentes de organizações e outros atores que proporcionem a formação de uma visão geral sobre o processo de desenvolvimento das famílias e do papel das mulheres na comunidade.

Faremos um diálogo com PONTY (1990), **Fenomenologia da percepção**; Boaventura de Sousa (2009), Epistemologias do Sul. PEREIRA (2018), Mulheres território e identidade: despatriarcalizando e descolonizando; Caio Prado Júnior (2000), o materialismo histórico Nelson Maldonado (2008) A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento, em conjunto com a escuta das entrevistas semiestruturadas que serão feitas com as mulheres participantes da pesquisa.

A fenomenologia será utilizada na escuta, identificando sentimentos e opiniões das mulheres acerca das questões feitas as mesmas. Desta forma estaremos coletando as percepções das sujeitas da pesquisa, e nas respostas identificaremos as relações de desigualdades da participação da mulher na sociedade e faremos isso a partir dos estudos do materialismo histórico dialético.

Pretende-se aqui expor pontos centrais da concepção fenomenológica e alguns pontos que fundam o que se poderia chamar uma concepção filosófica com consequências teórico-metodológicas para pesquisa.

A experiência de intercorporeidade é uma das experiências originárias da ontologia, da 'formação' do Eu e do Outro, ou seja, só se pode compreender o humano histórico-ontológico enquanto ser social. É nesta experiência intercorpórea que o mundo sensível tem o seu significado, tanto o mundo sensível natural quanto o artificialmente produzido pelos homens e mulheres: "... uma consciência não saberá encontrar nas coisas senão o que nelas pôs". (MERLEAU-PONTY, 2012, p. 233).

Esse método de pesquisa fenomenológico favorece a liberdade na análise de se mover por diversos caminhos do conhecimento, possibilitando assumir várias

posições no decorrer do percurso, não obrigando atribuir uma resposta única e universal a respeito do objeto. Neste sentido, de construir hipóteses, a metodologia envolve entrevistas com pessoas que tiveram experiências ligadas diretamente com o problema pesquisado. Ou seja, as mulheres poderão falar livremente e dizer as suas opiniões, enquanto pesquisadora estaremos atentas as suas falas. Compreendemos que ouvir em processo de pesquisa é saber compreender a ecologia dos saberes que são muitos;

Para Santos (2010, p. 66), “a ecologia dos saberes nos capacita para uma visão mais abrangente daquilo que conhecemos, bem como do que desconhecemos, e também nos previne para aquilo que não sabemos e é ignorância nossa, não ignorância em geral”. Dentro dessa escuta e ecologia dos saberes queremos capturar

as referências sobre o papel das mulheres nas organizações e a transformação de seus saberes e fazeres, sob algumas características que serão apresentadas neste trabalho, não demonstram previsões futuras, já que as possibilidades de análise são inúmeras, quando se trata da expressão sociocultural de uma sociedade.

Os procedimentos de coleta dos dados citados, serão através de pesquisa bibliográfica e documental, com abordagem quantitativa e qualitativa, com o intuito de relacionar os dados para a interpretação. Neste mesmo sentido, Gil (2007, p. 44) explica que os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são: investigações sobre ideologias ou pesquisas que se propõem à análise das diversas posições sobre um problema.

De acordo com Frigotto (1987 p 83), o pesquisador deveria compreender que a ciência serve a uma determinada concepção científica, e que a pesquisa antes de sua realização deveria ser analisada se de fato “Trata-se de indagar sobre o sentido histórico, social, político e técnico de nossas pesquisas. A serviço de que e de quem dependemos nosso tempo, nossas forças, e grande parte de nossa vida?”.

[...] na ótica marxiana, a questão dos pressupostos não é um problema meramente metodológico/epistemológico, mas uma problemática que articula questões relativas ao ser (natureza do ser social, categorias nodais do processo social) com outras relativas ao conhecer (possibilidade, natureza e alcance do conhecimento, (Tonet 2005 p. 77).

Os dados analisados serão transformados em mapas, gráficos e infográficos para melhor visualização. Assim, os dados serão cruzados e interpretados tanto em

quantidade como em qualidade para se constatar o papel das mulheres nas organizações e a transformação de seus saberes e fazeres.

A pesquisa tem a finalidade de esclarecer para o próprio pesquisador e para o leitor do trabalho, a problematização da pesquisa, ou seja, quais questões e pontos do tema serão discutidos e avaliados.

Ao longo da construção da pesquisa, ressaltaremos as referências sobre o papel das mulheres nas organizações e a transformação de seus saberes e fazeres, sob algumas características que serão apresentadas neste trabalho, não demonstram previsões futuras, já que as possibilidades de análise são inúmeras quando se trata da expressão sociocultural de uma sociedade.

Para a obtenção das informações no desenvolvimento da pesquisa observaremos o comportamento no comando da operacionalização da organização social da Cooperativa Agropecuária Mista de Santo Antônio de Leverger (COOPAMSAL), com olhar nos trabalhos coletivos e no aproveitamento da produção local, focando na participação em feiras, mercados e acesso a políticas de governo no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros de grupos femininos.

Para alcançar este objetivo realizaremos oficinas com alguns grupos onde analisaremos o acesso à educação, escolaridade, o perfil econômico e produtivo dos saberes e fazeres deste determinado grupo. Para analisar os espaços sócio ocupacionais, cultural e político da mulher no meio rural observaremos se no local de trabalho há uma equidade entre homens e mulheres, se os salários são iguais para os mesmos postos de trabalho, se há mulheres em cargos de confiança e de governança. Para obtermos esses dados será aplicado questionário. Para obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada neste trabalho faremos visitas, rodas de conversas, oficinas nas comunidades. Solicitaremos dados junto à prefeitura do município de Santo Antônio do Leverger onde buscaremos dialogar e debater com os dados Zoneamento Sócio Econômico Ecológico (ZSEE) sobre as características e perfil econômico das comunidades em especial, Agrovila das Palmeiras.

A pesquisa esta sendo desenvolvida em três etapas previamente elaboradas. Sendo que, a primeira etapa é constituída da observação das comunidades do território da cidadania cuiabana, com ênfase nas diretrizes do ZEE ambiental

apresentando ainda um recorte espacial da comunidade tradicional denominada “Agrovila das Palmeiras” e de leituras bibliográficas.

As leituras bibliográficas têm o intuito de compreender a dinâmica das relações de gênero e trabalho nas unidades de produção, bem como estabelecer os primeiros laços de relacionamento que facilitarão as atividades previstas para as próximas fases.

A segunda fase da pesquisa é participativa, pois compreende o trabalho de campo e como se realizam as atividades junto à comunidade. Nomearemos essas atividades de círculo cultural, a qual objetivam a melhor compreensão do universo de estudo. Por intermédio da aplicação de um roteiro de entrevista semiestruturada junto a cinco mulheres a fim de compreender o estabelecimento dos processos produtivos, fontes de renda, divisão sexual do trabalho e tomadas de decisão.

A entrevista semiestruturada acontecerá de forma presencial caso já possamos realizá-la e não houver mais perigo da pandemia do Covid-19. Se não for possível a mesma ocorrerá via whatsapp.

Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

A última fase compreende a análise de dados e apresentação de resultados, mas ainda assim, faremos círculo cultural com a participação feminina em outras esferas socioprodutivas e educacionais.

6 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que as análises dos dados resultem em diagnósticos sobre o papel das mulheres na produção agropecuária nas organizações sociais, como ocorrem as múltiplas jornadas de trabalho das mulheres entre as atividades de produção e de

reprodução social, se seus conhecimentos são identificados e se seu trabalho resulta em uma renda com peso na renda total da família.

Uma perspectiva de mudança se abre quando o poder público pode, conjuntamente com a comunidade e demais parceiros, oferecer políticas públicas pautadas nas necessidades de aperfeiçoamento humano, técnico e social dos que residem na comunidade. Quando falamos de empoderamento feminino, não estamos falando somente de dar espaço para as mulheres na sociedade, mas também falamos de como é importante encorajá-las, desde meninas, a serem o que quiserem, a ter autoestima em diversos aspectos de suas vidas e a repassar esse suporte a outras mulheres que possam precisar.

Almejamos que os movimentos sociais sejam, como espaço inovador das relações de poder, criam e recriam novas formas de reivindicar e de estabelecer relações com o poder institucional. Nesse sentido, a participação política torna-se aprendizado coletivo que se redefine no interior dos próprios movimentos, assim que este projeto possa integrar-se a outros projetos realizados na região, a partir de um capital humano e social das comunidades.

Por se tratar de um projeto que visa compreender o papel da mulher nos espaços rurais almejamos que traga para os envolvidos desejos de igualdade, e que esses desejos sejam estimulados, compartilhados e suas opiniões, ideias e experiências entre si demandarem por atividades que garantem a sua permanência no meio em que vivem com autonomia e bem viver.

Que a pesquisa contribua para a participação da mulher em movimentos incentivando-as a participarem dos espaços sociais, que busquem cada vez mais lugares influentes que as façam romper com a rígida divisão de papéis, com o lugar já predeterminado na família, no trabalho, e a ocupar espaço no campo político ou onde ela quiser.

Esta universidade na qual militamos, temos a aprender e ensinar que a prática da liberdade e o exercício da autonomia parte da ideia da leitura de mundo de Freire (2016 a, p. 59), ao ensinar que compreender o mundo é tão importante quanto compreender a palavra escrita, e que qualquer ato é um ato político, pois, Dessa maneira, o processo de “alfabetização” política – tanto quanto o processo linguístico – pode ser uma prática para a “domesticação” dos homens para sua libertação. No primeiro caso, a prática de conscientização não é de modo algum possível,

enquanto no segundo, o processo é em si mesmo de conscientização. Daí uma ação desumanizante, de um lado, e de um esforço de humanização de outro.

7 CRONOGRAMA

ATIVIDADES	MESES de 2021 e 2023																
	Set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	Jul	Agosto	set	out	Dez		
Revisão de literatura	X	X	X	X													
Revisão do projeto de pesquisa sob orientação		X			x	x											
Elaboração dos instrumentos de coleta de informações e dados			X	X	X												
Comitê de ética.																	
Qualificação do projeto de pesquisa										X							
Coleta de informações, dados alinhados aos objetivos do projeto					X	X											
Estudos, análise e interpretação dos dados e informações						X	X	X	X								
Publicação de artigo científico			X	X						X							

ATIVIDADES	MESES de 2021 e 2023																	
	Se t	ou t	no v	de z	ja n	fe v	ma r	ab r	m ai	ju n		Ag o	se t	ou t				De z
(parcial e final)																		
Elaboração da dissertação										X								
Qualificação										X								
defesa																X		
Entrega da versão final																		X

8 REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRANDÃO, C.R. A participação da pesquisa no trabalho popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3ed., 1.reimp. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso: 19 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006**. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11274.htm. Acesso: 20 out. 2021.

CHAUÍ, M. **Experiência do Pensamento**. Ensaio sobre a obra de Merleau- Ponty. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

COULON, Alan. **Etnometodologia**. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1995.

CUNHA, M.C.; ALMEIDA, M. Populações tradicionais e Conservação Ambiental. In. CAPOBIANCO; João P.R. *et al.* (orgs.). **Biodiversidade na Amazônia Brasileira: Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e repartição de benefícios**. ISA/Estação Liberdade, 2001.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas**. São Paulo: CosacNaify, 2009.

DELEUZE, G. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997.

DEMO, Pedro. **Introdução ao ensino da metodologia da ciência**. 2ed. São Paulo: Atlas, 1987

DEMO, P. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. 7ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

DUSSEL, E. **Ética da libertação**: na idade da globalização e da exclusão. Trad. Ephraim. F. Petrópolis: Vozes, 2000.

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FERREIRA, Waldineia Antunes Alcântara; PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio; JESUS, Lori Hack. Tecendo a rede: movimentos... trançados... nós, entre nós e conosco mesmo. In: PASSOS, Luiz Augusto et al. (Org.). **Ruação**: das epistemologias da rua à política da rua. Cuiabá: EdUFMT, Editora Sustentável, 2014.

PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio; FERREIRA, Waldineia Antunes Alcântara – **Mulheres território e identidade**: despatriarcalizando e descolonizando conceitos Curitiba: Editora CRV, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 15ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G. O enigma da teoria nas pesquisas e análises da relação trabalho-educação: pontos para debate. Rio de Janeiro, IESAR/FGV, 1987, Mimeo.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de dados por municípios das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias do Brasil, 2017**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso: 11 out 2021.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Fundamentos metodologia científica. 4ed. São Paulo: Atlas, 2001. LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Metodologia do trabalho científico**. 4ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 3ed. São Paulo: Loyola, 2000.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Tradução de Reginaldo Santana. 18ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez 2010.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MERLEAU-PONTY, M. **Psicologia e pedagogia da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**/Luiz Felipe Miguel, Flávia Biroli. - 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

MORAES, Dênis de. **Comunicação, Hegemonia e Contra- Hegemonia: A contribuição Teórica de Gramsci**. Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.1, p.54-77, jan.-jun. 2010.

PASSOS, Luiz Augusto. A centralidade do tempo e da temporalidade para a educação. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 14, n. 26, p.131-149, 2005.

PONTY, M.M. **Fenomenologia da percepção**. 2. ed. Tradução: MOURA, C.A.R. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PÓVOAS, Lenine de Campos. **O ciclo de açúcar e a política de Mato Grosso**. 2ed. Cuiabá: IHGMT, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência** – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença Oficina do CES**, nº 135, Centro de Estudos Sociais, Coimbra: janeiro, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma crítica pós-moderna ao direito. In: **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência, 5ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura Sousa. Para uma Pedagogia do Conflito In: SILVA, Luis Heron da (Org.) **Novos mapas culturais**, novas perspectivas educacionais Porto Alegre: Sulina, 1996.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; COSTA, Lourença Alves; CARVALHO, Cathia Maria Coelho. **O processo histórico de Mato Grosso**. 3ed. Cuiabá: Guaicurus, 1989.

SUÁREZ, N. C. R. (2008). **Procesos y dinámicas rurales**. Una lectura desde el enfoque de género. Revista Luna Azul, 27, 94-103.

TONET, Ivo. A questão dos fundamentos. In: TONET, I. Educação, cidadania e emancipação humana. Ijuí: Unijuí, 2005. p. 35-78.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa - ação**. 2ed. São Paulo: Cortez, 1986.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução Ana Thorell; revisão Técnica Cláudio Damacena. 4ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ANEXOS

ANEXO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Este roteiro de entrevista será usado para realizar pesquisa acadêmica sobre a participação das mulheres nos empreendimentos rurais e ou outros espaços, como as mulheres no território da cidadania cuiabana constroem e vivenciam a sua participação no poder decisório para o desenvolvimento das atividades no meio rural e visa ilustrar a importância das organizações coletivas como espaço de desenvolvimento da mulher. E responder o seguinte questionamento: como as mulheres no território da cidadania cuiabana constroem e vivenciam a sua participação no poder decisório. Além de refletir sobre suas práticas, e conhecimentos nos diferentes sistemas produtivos, político e social no lugar onde vivem. A pesquisa tem como objetivo analisar: Quais as consequências da igualdade de condições de poder social das mulheres para o desenvolvimento das atividades no meio rural da comunidade de Agrovila das Palmeiras.

As informações indicadas neste documento serão identificadas com um código para posterior categorização, portanto, sua participação é anônima.

Perfil Socioeconômico

A pesquisa abaixo tem como objetivo saber mais sobre sua história de vida e participação em seu grupo a qual você pertence.

Nome: _____

Grupo: _____

Telefone para contato (opcional): _____

E-mail opcional): _____

1. Idade: _____

2. País de origem: _____ e cidade de origem: _____

3. Na sua infância você morou na região em que região? Onde passou sua infância?

4. A propriedade em que você morava era da família? Sempre morou na mesma região?

5. As pessoas que viveram com você e sua família durante sua infância.

6. Com relação à religião, você diria que sua família (ou a maioria de seus parentes) isto é praticante?

.

7. Você participa de outra entidade ou associação, além do seu grupo?

8. Com que frequência você participa das ações recreativas da sua comunidade?

9. Você é membro de algum partido político?

Sim

Não

10. Qual é o papel da política em sua vida?

11. Em sua opinião, como está a participação da mulher na sociedade?

12. O preconceito contra as mulheres é identificado na sociedade?

13. Você já sofreu algum tipo de preconceito por ser mulher? Se sim, especifique:

14. Qual é o maior benefício de fazer parte do seu grupo?

15. Você tem renda própria?

Sim

Não

16. Qual é a sua participação na vida econômica do seu grupo familiar?

17. Quantas pessoas (contando com você) contribuem para sua renda?
família? _____

18. Quantas pessoas (contando você) vivem da renda de sua família?

19 – Quais são as funções que você exerce nos diversos espaços que ocupa?

20 – Quanto tempo você dedica às jornadas de trabalhos e quanto tempo dedica a você mesma e ao seu lazer?

21 – Como você lida com sua jornada de trabalho quanto aos cuidados com a família?

22- Como são as relações entre as pessoas nos lugares onde você vive, convive, mora e trabalha?

23 - Como você vê a sua participação nas decisões tomadas pelas lideranças da comunidade? E como se dá a participação das demais mulheres nas atividades da comunidade?

24- Como você vê o processo de saída da mulher dos ambientes de casa, do meio rural, para chegar na participação dela nos lugares de decisão, de poder? Que mecanismos a mulher utiliza para chegar nesses espaços?

QUESTIONÁRIO 2

Objetivo

Objetivo 1

- Analisar como é a gestão das mulheres na propriedade rural.

1 – Você acredita que uma mulher tem condições de gerir uma propriedade rural? Por que você acredita nisso?

2 - Você acredita que o fato de uma mulher estar gerindo uma propriedade rural ou algum cargo de chefia gera algum tipo de preconceito na sociedade? Fale um pouco sobre isso.

3 - Você participa da gestão da propriedade? De que forma?

4 - Como a família toma as decisões na propriedade? Por que você acredita que é feito assim?

5 - Você toma decisões na propriedade? Relate um pouco como isso funciona na prática. (que tipo de decisões?) Quem são as pessoas que decidem? Quem decide o que e por quê?

6 - Você estuda, está estudando ou fazendo algum curso de aperfeiçoamento? Participa de cursos oferecidos pelo sindicato, prefeitura, escolas técnicas, empresas ou cooperativas? Se sim, por quê? O que esses cursos te ajudaram em relação à gestão da propriedade?

7 - A propriedade possui atualmente indicadores gerenciais? Quais? Como são utilizados?

Objetivo 2:

Verificar as principais dificuldades da mulher na gestão da propriedade rural.

8 – Há quanto tempo é feita a gestão efetivamente na propriedade? Quais foram as principais dificuldades no início? O que mudou de lá para cá?

9 - Quais são as dificuldades que você percebe em relação à gestão da propriedade atualmente? Como você acredita que essas dificuldades poderiam ser sanadas ou minimizadas? Por quê?

Objetivo 5 participação em associações

10 – Você se sente valorizada pela sociedade e pelas entidades ligadas à agricultura familiar?

- A) Valorizada
- B) Pouco valorizada
- C) Desvalorizada

Por que:

11 – Participa ou já foi convidada à participar de grupos, feiras e palestras voltadas para as mulheres agricultoras?

12 – Quais atividades desempenha diariamente no empreendimento sociais na comunidade?

Objetivo 3:

Analisar a percepção e avaliação sobre os saberes tradicionais

13 – Você conhece os saberes tradicionais da comunidade?

- A) Sim
- B) Não
- C) Outros. Descreva:

14– Desde a infância foi ensinado(a) a preservar esses saberes? Por que?

- A) Sim
- B) Não

15– Você acredita que os saberes tradicionais podem ser utilizados como fonte de renda à comunidade? De que modo?

- A) Sim
- B) Não

16– Você estaria disposto(a) a fazer comercialização dos produtos desses saberes tradicionais em feiras, redes sociais ou comércio local (turismo)?

- A) Sim
- B) Não

17– Você acredita que a preservação e perpetuação dos saberes pode ajudar a que as mulheres a contribuir na renda familiar na comunidade?

- A) Sim
- B) Não

18 - Você acredita que a preservação saberes é dever das mulheres ?

- A) Sim
- B) Não